

# XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

## II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



### **“SEITA QUE PROCURA DESTRUIR O TRONO E O ALTAR”: Uma análise dos argumentos de D. Joaquim Gonçalves de Azevedo (1865-1876) contra a presença da maçonaria em Goiás**

Alexandre Coelho dos Santos<sup>1</sup>

O século XIX representou para o Brasil um período bastante agitado, neste período o país passou por sua independência e pouco depois iniciaram-se as campanhas pelo abolicionismo. Em meio a essas disputas observou-se ainda a eclosão da chamada Questão Religiosa (1872-1875), episódio envolvendo bispos brasileiros adeptos do ultramontanismo, mais precisamente os bispos de Olinda e do Pará que proibiram os clérigos de suas respectivas dioceses de frequentarem lojas maçônicas (algo comum para a época) cumprindo os desígnios papais que condenavam tal prática.

Os referidos bispos, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa acabaram presos por ordem do governo brasileiro, sob a acusação de desobediência, pois o documento no qual o papa exortava a proibição de clérigos na Maçonaria, não houvera recebido o placet imperial, sendo assim, não tinha validade no Brasil.

O episódio supracitado desgastou ainda mais a já difícil relação entre maçons e clérigos ultramontanos de maneira que a instituição maçônica passou a ser vista como inimiga dos ultramontanos e como tal foi combatida por vários bispos por meio de exortações em cartas pastorais e mesmo em jornais católicos circulantes no final do século XIX.

O presente trabalho busca analisar os argumentos do então bispo de Goiás D. Joaquim Gonçalves de Azevedo contra a Maçonaria em Goiás, discutindo até que ponto essa aversão do episcopo goiano trata-se de um reverbero da Questão Religiosa, tratando-se de uma rusga provocada a partir de um conflito gestado em escala nacional.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação Stricto-sensu em História da Universidade Estadual de Goiás (alexandrecoelhohist@gmail.com)

Tal análise será feita a partir de uma carta pastoral escrita pelo próprio bispo em 1876 em condenação a presença maçônica na então província de Goiás.

Antes de prosseguirmos a discussão a respeito do referido bispo faz-se necessário um breve histórico da fundação da diocese de Goiás até o período sobre o qual pretendemos tecer uma análise mais aprofundada.

Segundo a historiadora Maria da Conceição Silva (2009) a história da Igreja Católica em território goiano inicia-se com a criação de uma prelazia em *Villa Boa de Goyaz* em 1745, mas somente em 1818 a prelazia de Goiás deu sinal de existência, sendo administrada por D. Francisco Ferreira de Azevedo por procuração ao cônego Luiz Antônio Silva e Souza. Em 1826 a prelazia de Goiás foi elevada à categoria de diocese (Silva, 2009, p. 32-33)

A criação da diocese de Goiás representou a formação de um espaço eclesiástico que futuramente possibilitaria a atuação de bispos que cumprissem as exigências do catolicismo aos moldes tridentinos.<sup>2</sup> Tais exigências, davam sustentação ao ultramontanismo<sup>3</sup>(Silva, 2009, p.35), doutrina católica de caráter conservador cuja presença no Brasil se fazia notória no século XIX, buscando o fortalecimento da autoridade religiosa por meio da centralização do poder na figura do papa.

Em Goiás coube aos bispos D. Francisco Ferreira de Azevedo (1818-1854), D. Domingos Quirino de Souza (1861-1863) a administração da diocese recém instalada, tais bispos adotaram uma postura de defesa em relação ao catolicismo oficial almejado pela Igreja. D. Joaquim Gonçalves de Azevedo (1865- 1876) e D Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) foram os bispos responsáveis pela implantação dos ideais ultramontanos e a organização da diocese sob os preceitos tridentinos. Embora todos sejam considerados precursores do ultramontanismo em Goiás, somente a partir do

---

<sup>2</sup> O catolicismo aos moldes tridentinos remete as resoluções católicas tomadas no concílio de Trento (1546-1563) em que a Igreja católica estabeleceu medidas para frear o avanço protestante no período

<sup>3</sup> No século XIX o ultramontanismo passou a denominar uma série de medidas da Igreja Católica na tentativa de frear o avanço de ideais teológicos divergentes dos seus, como correntes liberais e a secularização de diversas esferas da sociedade, por exemplo o “galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa” (Santirochi, 2010, p. 24)

bispado de D. Joaquim<sup>4</sup> é que as diretrizes ultramontanas da Igreja goiana passaram a estar de acordo com o ultramontanismo preconizado no restante do Brasil (Silva, 2009, p.35)

D. Joaquim Gonçalves de Azevedo é considerado pelo historiador Riolando Azzi como iniciador da reforma ultramontana em Goiás, dado o dimensionamento de suas atividades, as quais incluem a fundação do Seminário da Santa Cruz, a instalação da residência episcopal na capital da província e a construção de uma catedral em substituição a matriz de Sant'ana de Goiás, existente desde de 1742 e que encontrava-se em precário estado de conservação (Santos,1984, p. 212-213)

Leila Borges dos Santos (2006) ressalta que já com este bispo tem início a campanha de mudança de pensamento proposta pela Igreja em detrimento do modelo vigente na época, que acompanhava a laicização e o cientificismo europeus. “Contemporâneo da Guerra do Paraguai<sup>5</sup>, [D. Joaquim] percebe que tal conjuntura de laicização e guerra é período especial para os católicos se voltarem para a religião, praticando-a” (Santos, 2006, p.113)

Maria da Conceição Silva (2009, p. 35) esclarece que todos os bispos que passaram pelo território eclesiástico goiano optaram pela linha que assegurasse o domínio à religião oficial, situação determinada na constituição de 1824. Zelando pelo cumprimento da doutrina expressada no modelo tridentino, assim, os bispos predecessores à D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, adotaram uma postura conservadora em relação a modernidade, postura esta, que assemelhava se ao ultramontanismo. Porém apenas a partir do bispado de D. Joaquim, iniciado em 1865

---

<sup>4</sup> D. Joaquim nasceu em 1814, no Maranhão. Filho de um capitão de nome José Gonçalves de Azevedo e de dona Teresa de Jesus Azevedo, estudou no Seminário de Santo Alexandre, em Belém do Pará. Em 1837, é ungido sacerdote. Dois anos depois, é elevado a cônego catedrático da Santa Sé de Belém. Acumula, ao mesmo tempo, os cargos de vigário geral e de reitor do Seminário de Belém, tendo sido aluno de D. Romualdo de Souza Coelho, pioneiro da reforma católica no Pará (Santos, 2008, *apud* Silva, 1948, p. 206-9). Aprovada a indicação Imperial por Pio IX em Setembro de 1865 Dom Joaquim foi sagrado na Catedral de Belém por Dom Antônio de Macedo Costa 01/07/1866 Ocasão em que escreveu sua primeira carta Pastoral da diocese de Goiás dirigindo-se ao Rio de Janeiro para tratar de Altos interesses de sua diocese lá tomou posse por procuração a 02 de Agosto de 1866 regressando ao Pará viajou para Goiás por via fluvial Rio Tocantins Araguaia aproveitando o tempo da seca chegando a vila boa de Goiás aos 12 de setembro de 1867 após cinco meses de viagem em que aproveitou para fazer visita Pastoral as cidades vilas ribeirinhas era a primeira vez que isso acontecia em Goiás tomou posse solene em 29 de setembro daquele ano (Santos,1984, p. 212)

<sup>5</sup> O maior conflito bélico da América do Sul ocorrido entre 1864 e 1870

teve início o trabalho pastoral mais incisivo sob a égide dos ideais de reforma ultramontanos.

À época de sua chegada a Goiás, o contexto era de disputas entre o clero e as irmandades leigas, estas reivindicando o controle das atividades religiosas. Tais disputas e ainda a forte tendência regalista do clero brasileiro, além da falta de uma catedral e de um seminário para a formação dos clérigos, fazia com que muitas vezes os padres goianos viessem do sudeste do Brasil. Nas palavras de Leila Borges dos Santos O clero, por sua vez, era substituído. Muitos dos padres que vinham para Goiás eram de São Paulo e do Rio de Janeiro” (Santos, 2006, p.113)

Com a formação precária do clero e as dificuldades financeiras da província, D. Joaquim viu-se obrigado a angariar recursos para a construção de um seminário, junto ao imperador D Pedro II. Após conseguir o financiamento imperial, o bispo de Goiás conseguiu a inauguração do Seminário da Santa Cruz em 1872, o qual contava com 38 vagas para internos e externos (Santos,1984, p. 212-213). Destas, apenas metade foram ocupadas, revelando a pouca influência do bispo, ou mesmo o mínimo entusiasmo da população pela carreira eclesiástica.

Outra contribuição importante de D. Joaquim Gonçalves foi o início da construção de uma catedral em Goiás. Esta foi erguida graças ao financiamento do ministério imperial conjuntamente com auxílio provincial e particular. Porém, antes do término de sua construção, parte da catedral ruiu. Pouco depois, D. Joaquim foi transferido para a Bahia, deixando a catedral ainda por fazer (Santos,1984, p. 213)

Do ponto de vista do trabalho pastoral, o então bispo de Goiás utilizou-se principalmente do contato pessoal por meio das visitas pastorais na tentativa de obter sucesso em sua administração ante a extensa província eclesiástica de goiana

Os grandes méritos desse Bispo reformador se referem principalmente a introdução na Província do sistema de visitas pastorais exigidas pela legislação tridentina e pelo movimento de reforma católica no Brasil e ao uso de cartas pastorais para transmitir sua orientação a vasta diocese que abrangia toda a Província de Goiás mais o triângulo mineiro (Santos,1984, p.214)

Em sua tese de doutoramento intitulada *Os Missionários redentoristas Alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas (1894-1944)*, Miguel Archângelo Nogueira dos Santos afirma que as visitas pastorais

empreendidas por D. Joaquim eram feitas anualmente em viagens a cavalo, principalmente pela região concernente ao triangulo mineiro já que a região norte<sup>6</sup> da província goiana estava sob a responsabilidade dos capuchinhos italianos. (Santos, 1984, p. 214)

Nogueira dos Santos (1984) destaca ainda que são três as cartas mais conhecidas de Dom Joaquim, sendo duas pastorais e uma endereçada ao imperador do Brasil. A primeira carta pastoral, escrita em 1866, intitulada “Carta de saudação à Diocese”, alertava os fiéis contra o indiferentismo religioso, afirmando que a Guerra do Paraguai, decorrida no período, fora um castigo pelo mal comportamento dos católicos, indiferentes à religião. Recomendou a observância dos sacramentos, práticas de orações como meios de solução dos problemas enfrentados pelo goianos à época

A segunda carta escrita pelo então bispo de Goiás, citada por Miguel Archângelo Nogueira em sua tese, é uma carta de representação à Dom Pedro II em que o prelado se posiciona de maneira contrária à atitude do Imperador, que ordenara a prisão dos bispos de Olinda e do Pará<sup>7</sup> por ocasião da chamada “Questão Religiosa”. Nesta carta, segundo Archângelo, o bispo responsabilizava as sociedades secretas pelo episódio ocorrido

As sociedades secretas verdadeira planta exótica nas Américas, as que se tem declarado no império a dois anos inimigas da religião de Jesus Cristo e dos seus ministros e que não são senão emanações da impiedade europeia e do seu despotismo, o episcopado brasileiro não tem pecado no Exercício dos seus deveres e não peca por estar em comunhão com a Santa Sé na qual ele reconhece o primado estabelecido por Jesus Cristo, conclui confiante que o imperador adote medidas na devida consideração a sua humilde Súplica

---

<sup>6</sup> Durante a administração de D. Joaquim Gonçalves de Azevedo o território episcopal do qual a diocese goiana correspondia aos territórios dos atuais estados de Goiás e Tocantins e parte da região sudoeste do estado de Minas Gerais, o chamado Triângulo Mineiro. Esta circunscrição assim permaneceu até a criação da diocese de Uberaba, em 1907 e a criação da Arquidiocese de Goiânia, em 1957.

<sup>7</sup> Dom Joaquim, em apoio aos dois bispos envolvidos na Questão Religiosa, em outro documento, lamenta as publicações que tentariam quebrar o “laço divino” da junção entre o Estado e a Igreja, fragilizando-o. Queixa-se da laicização dos governos europeus, atentando contra o que haveria de “santo e sagrado”. Afirma ainda que só o cristianismo pode gerar liberdade, constituindo um crime o Estado brasileiro se laicizar e uma heresia os políticos aderirem a uma filosofia pagã e materialista, em detrimento do catolicismo: a “fonte perene de todos os bens sociais”, sendo os valores da Igreja uma “luz revelada” e “os verdadeiros princípios da verdadeira civilização, da igualdade e da liberdade”. Os únicos princípios capazes de trazer benefícios sociais. A instituição católica seria a “melhor reguladora das ações do homem, o mais forte sustentáculo da ordem, e conservadora da paz, religião sem nacionalidade, verdadeiro vínculo que liga a criatura ao seu criador [...]”. Lamentam também os brasileiros que teriam se deixado levar pelo protestantismo (Bispo Joaquim apud Silva, 1948, p. 252-4). Prega ainda D. Joaquim a não-mescla entre católicos e maçons, que os católicos são os verdadeiros brasileiros e critica a liberdade de culto, de ensino, o materialismo e o comunismo (Silva, 1948, p. 259).

como é necessário para a paz da igreja brasileira (Azevedo apud Santos, 1984, p. 215)

Ao condenar as sociedades secretas o bispo de Goiás fazia referência especial a Maçonaria, instituição que esteve diretamente envolvida na Questão Religiosa e fizera clara oposição aos ultramontanos durante este episódio, o século XIX representou para a Maçonaria um momento de grande crescimento, período em que esta sociedade se estruturou e acabou por se espalhar por diversos pontos do Brasil.

Goiás teve a abertura de sua primeira loja maçônica em 1835, a Loja *Asylo da Razão*. Como destaca Leila Borges Dias dos Santos (2006), por ser o bispo de Goiás contemporâneo à “Questão Religiosa” e aos debates que culminariam na separação entre Igreja e Estado, este viu-se em meio aos constantes embates entre o pensamento liberal, o clero e a Maçonaria. (Santos, 2006, p. 114)

A formação ultramontana de D Joaquim e o histórico de contraposições entre maçons e clérigos fizeram com que este, afim de defender a Igreja Católica se prestasse a escrever uma carta pastoral em 1876, condenando existência da Loja Maçônica<sup>8</sup> em Goiás, repudiando de maneira oficial a presença de maçons na província enquanto alertava para os perigos corridos pelos cristãos que filiavam se a Maçonaria.

Responsáveis como somos pela salvação das vossas almas não podemos deixar de levantar a nossa voz para vos dizer que erradamente caminhão no negócio da salvação eterna todos aqueles que se filiam a Maçonaria seita que se acha legitima e competentemente com uma excomunhão lançada pelos sumos pontífices em virtude do poder que lhes foi dado por Nosso Senhor Jesus Cristo. Excomunhão motivada pelo fim que se destina esta seita subversiva da boa ordem moral evangélica e religião Santa que professamos. Só enxergam o que querem Não tomamos a tarefa de provar aqui o fim da Maçonaria porque todos sabem que ela é contra a Religião cristã e só não enxergam o alvo ao qual se dirigem os seus ataques aqueles que não o querem realizando-se neles adagio de que o pior cego é o que não quer ver. Blasfemam contra o Papa cuja autoridade não reconhecem, contra os bispos cuja doutrina e ensino de obediência recusam, contra os padres cuja presença eles lembram os terríveis juízos de Deus e contra os fiéis ortodoxos cuja conduta os envergonha e confunde, só se ocupam as coisas terrenas e não querem a lei de Deus que se opõem aos desejos dos seus corações carnis, negam a revelação e combatem contra a Igreja estabelecida por Nosso senhor Jesus Cristo (Azevedo,1876,p.4-5)

---

<sup>8</sup> Leila Borges dos Santos afirma que no período da criação da referida loja maçônica, havia também entusiasmo de alguns pela fundação da loja e a presença maçônica na província.

A condenação à Maçonaria, feita pelo bispo de Goiás mostra seu veio religioso ao estabelecer a incompatibilidade de professar o catolicismo como religião e ao mesmo tempo fazer parte da Maçonaria, mas também revela um fundamento político e ideológico ultramontano do prelado, na carta o bispo apresentava seu descontentamento com a presença de uma instituição secular propagadora das ideias liberais em terras goianas

Nenhuma desculpa pode conectar a um verdadeiro Cristão e bom político na presente época a sua entrada para a Maçonaria quer diga que nunca deixará a sua religião que era firme que só tem em vista a proteção que esta seita dá aos seus adeptos[...]Filiar-se a uma associação que como é sabido se ostenta em todo mundo um estado dentro do estado para proteger unicamente os seus contra o direito a justiça e a Razão é a maior das desmoralidades diz pois indica de antemão ou homizão ou proteção à impunidade ou atropelo ao direito é afrontar a integridade dos juizes e corrompê-los é desvirtuar a instituição do Júri e arruinar a liberdade e a pátria é fazer perder a ideia do dever é nutrir o empenho fonte principal da decadência do mérito baseado na moral no estudo e verdadeira dedicação é fazer desaparecer a emulação que eleva o espírito e forma os grandes gênios que honram a pátria (Azevedo,1876,p.6-7)

Em sua carta contra a Maçonaria D. Joaquim destacou a importância da união dos fiéis e a obediência as regras eclesíásticas como o sustentáculo da Igreja. Ainda em relação a Maçonaria, na carta pastoral de 1876 o bispo exorta os fiéis à que se dediquem a “única fé verdadeira” (a católica) e adverte sobre os perigos morais, os quais a Maçonaria representa. Segundo ele os maçons formaram uma seita que retira os homens do caminho da fé e representam o oposto aos clérigos, responsáveis pela salvação das almas, o bispo ainda clama a vingança contra os desobedientes a Igreja que optaram pela adesão a Maçonaria dirigindo se aos católicos adeptos desta instituição, o bispo conclama “E vós filhos, família que por infelicidade vos tem mais inscrito também nas sociedades secretas saber que as lágrimas das vossas piedosas mães são tantas maldições quantas approver a Deus lançar sobre vós” (Azevedo,1876,p. 13)

As cartas pastorais e a epistola aqui citadas revelam uma grande preocupação do bispo de Goiás em relação a assuntos de importância nacional e ainda é possível observar o cunho político destas, já que o bispo faz apontamentos e exortações a respeito da Guerra do Paraguai como castigo pelo indiferentismo religioso adotado pelo governo imperial e ainda propõe serem as “sociedades secretas”, dentre elas, a Maçonaria, a causa dos desvios morais pelos quais a sociedade passava no século XIX.

Sua posição contrária à Maçonaria e as ideias liberais trouxe a D. Joaquim vários dissabores, já que sua postura anti-liberal enfrentou forte resistência. Frente a dificuldade em combater a Maçonaria ao fim da carta pastoral dedicada tal instituição o bispo apela para o apoio popular ou mesmo para o arrependimento dos que se bandearam para a instituição maçônica.

D. Joaquim diz que os adeptos da sociedade maçônica foram levados a ela pelo ufanismo da mocidade e conclama a estes a deixar o caminho do crime para retornar as bênçãos do céu sendo a Igreja a única fonte de bem estar no mundo. Como última medida descrita na carta e possivelmente um de seus últimos atos a frente da diocese de Goiás o sacerdote autoriza aos párocos atuantes na província “a absolver aos que estiverem compreendidos na sobredita censura e marcamos o prazo de um ano concedido pelo sumo pontífice a contar da data desta ” (Azevedo,1876, p. 14)

Este trecho da carta pastoral em que o bispo autoriza a absolvição dos fieis pelo erro de se juntarem a Maçonaria, bem como outros trechos citados acima revela nos para além do combate a Maçonaria como instituição, que tal combate era feito por meio da tentativa do alcance a aprovação popular, neste sentido o arrependimento dos fiéis católicos que optaram pela Maçonaria e o retorno destes as bênçãos da Igreja representaria o enfraquecimento da instituição maçônica e uma atuação cada vez mais limitada desta no espaço público, garantindo que a Igreja pudesse levar adiante seu projeto de romanização sem grandes resistências, enquanto que para os maçons os objetivos ultramontanos mostravam se um empecilho a sua consolidação e a implantação de suas ideias liberais em um espaço já controlado pela Igreja católica dominada pelo conservadorismo.

O período que compreende o bispado de D Joaquim Gonçalves de Azevedo em Goiás (1865-1876) é contemporâneo as discussões referentes à laicização do estado brasileiro, eram citados neste projeto laicizador em trânsito no parlamento brasileiro, a secularização de cemitérios, a liberdade de culto e ainda a instituição do casamento civil, projeto defendido pelos liberais que diagnosticaram na postura da Igreja um entrave aos seus objetivos de secularização do Estado. (Silva, 2009, p. 76-77)

Miguel Archângelo Nogueira dos Santos conclui que “ a preocupação com eventos nacionais (Questão Religiosa) e internacionais (Guerra do Paraguai e os



conflitos nos estados pontifícios) prejudicaram a atuação do prelado no setor da reforma católica em sua diocese” (Santos,1984, p.215)

Leila Borges Dias Santos (2006. p.119) constata que a reforma católica do século XIX trouxe padres mais cultos e bem preparados, dotados de roupagem e visão europeias sobre a realidade, o que causou o aumento do distanciamento entre os padres e o povo, deste modo as orientações de D Joaquim a respeito da prática correta do catolicismo não encontravam ressonância nas manifestações católicas locais, visto que o clero não enxergava as particularidades religiosas da população goiana e esta, por sua vez, não reconhecia elementos de sua prática devocional costumeira no novo formato preconizado pelo prelado. Como afirma Azzi:

Na perspectiva do catolicismo rural a ênfase não estava no aspecto institucional mas sim no social vinda do passado onde os sinais públicos da fé emergiam claramente como valores constitutivos da estabilidade e da sacralidade da própria vida social. [...] Dai com frequência estabelecer se a defesa do mundo rural sob o mito da cristandade (Azzi, 1994, p.90)

Para os prelados ultramontanos o modelo a ser seguido deveria estar consonante com a cultura europeia e para tal era necessária a adaptação do clero a esse modelo, por tanto, a preocupação era a priori, muito mais institucional do que propriamente cultural. O clero católico internalizou a racionalização religiosa e combateu os ritualismos que eram práticas expressivas da religiosidade popular e não internalizou a revelação profética, reivindicando para si esta autoridade fazendo se incapaz de orientar as condutas dos indivíduos rumo a salvação

O clero ultramontano em Goiás, mesmo imbuído de preocupação com a revelação profética, tentando adaptar a doutrina católica à realidade social local, ao invés da institucional, necessitaria ser numericamente forte para povoar o território com sua religiosidade racional e ética universalista. Mesmo assim, defrontar-se-ia com uma sociedade iletrada e por demais afeita às práticas mágicas do catolicismo popular, o que já constituiria imenso desafio. (Santos, 2006, p. 120)

De todo modo, mesmo que seus esforços na defesa do ultramontanismo não tenham alcançado o efeito esperado pelo bispo, a contribuição deste para a implantação do movimento em terras goianas foi de significativa importância, pois é creditado a ele a criação do Seminário da Santa Cruz, que mesmo funcionando por pouco tempo e de forma precária acabou se tornando um centro de

formação de padres, ajudando na aplicação dos preceitos de romanização da sociedade goiana e ainda, a implementação de visitas pastorais frequentes, mostrou-se eficaz na condução da reforma católica no território Goiano, sendo praticadas por seus sucessores.

O posicionamento oposto aos ideais de modernidade e laicização propostos pelos liberais deu sustentação as rixas entre a Maçonaria e a Igreja Católica em Goiás durante todo o século XIX e início do século XX, sucessores de D. Joaquim, os bispos D Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e D Eduardo Duarte e Silva (1891-1907) conduziram campanhas anti-liberais ao longo de seus respectivos bispados, todavia, apesar de envolverem se em intensos atritos com os representantes liberais, estes bispos não dedicaram seu tempo a escrever uma pastoral especificamente a respeito da Maçonaria como fizera D. Joaquim.

Embora tenha sido fundada em 1835 um período anterior a chegada de D Joaquim a Goiás, a presença maçônica em Goiás passou a ser condenada por este bispo ao representar uma ameaça para o catolicismo ultramontano como havia sido na Questão Religiosa, dito de outra maneira, a Maçonaria goiana era vista pelo bispo como parte efetiva da instituição cuja qual havia provocado a prisão dos bispos durante a Questão Religiosa e que estava à frente dos projetos de separação entre a Igreja e o Estado.

Para além de representar a ameaça liberal em território goiano a loja Maçônica tornara-se o ponto de contato de pessoas de diversas esferas sociais, deste modo facilitava a discussão de variadas ideias e o contato de seus integrantes com outras crenças religiosas, para o bispado de D. Joaquim esta postura da Maçonaria representava um problema pois, o mesmo buscava o fortalecimento da instituição católica em Goiás, ameaçada tanto pelas ideias liberais, quanto pela presença de outras crenças religiosas.

Falar contra a Maçonaria era combater uma inimiga da nação e do povo, uma instituição que almejava dar fim a própria Igreja Católica e que começara tal intento ao buscar o fim da produtiva união entre a Igreja e o Estado, nas palavras do próprio bispo, a Maçonaria é uma seita que procura destruir o trono e o altar.

### **Referências bibliográficas**

a. Livro:

AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**, (História do Pensamento Católico no Brasil; v. 4)- São Paulo: Paulus, 1994

SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e pessoas Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948

SILVA, Maria da Conceição. **Catolicismo e casamento civil em Goiás 1860-1920** Goiânia Ed: UCG, 2009

b. Artigos:

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma** In- Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010 p. 24-33.

c. Teses e dissertações:

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944.** Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1984, V.I.

SANTOS, Leila Borges Dias dos. **Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás (1865-1907) a luz da sociologia da religião** (Tese- Doutorado)- UnB, Brasília, 2006

d. Fontes:

AZEVEDO, Joaquim Gonçalves. **Carta Pastoral.** D Joaquim Bispo de Goyaz 1876